

Religião e cidade: a narrativa das parteiras e sua religiosidade na Belo Horizonte dos anos 90¹

Religion and the city of Belo Horizonte: the story of the midwives and their religiosity in the 1990s

*Amauri Carlos Ferreira**
*Yonne Souza Grossi***

Resumo

Esta pesquisa discute a existência de parteiras e seu ofício imemorial na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, terceira metrópole do país. Formaliza uma cidade planejada e projetada, qualifica um ícone da modernidade. Nosso estudo traz a presença arcaica de parteiras em sua religiosidade: sobrevivência cultural da antiga vila de Curral d'El Rey, berço da edificação da nova metrópole. Utilizamos o método da história oral para melhor compreender esse ofício de partejar em contraponto ao considerado mundo moderno.

Palavras-chave: *Religiosidade. Cidade. Parteiras.*

Abstract

This study discusses midwives in the city of Belo Horizonte, the capital of Minas Gerais, the third metropolis of Brazil. It shows how a planned city can

¹ Recebido em 15/02/2012. Aprovado em 21/04/2012.

* Professor de Filosofia e Ciências da Religião da PUC-Minas; Mestre (PUC-SP), Doutor em Ciências da Religião (UMESP), Pós-doutor em Educação (UFMG). Contato: mitolog@pucminas.br

** Professora da PUC-Minas; Mestre em Ciência Política (UFMG). Contato: mitolog@pucminas.br

be an icon of modernity. Our investigation brings out the archaic presence of midwives in terms of their religiosity: a cultural survival of the ancient village of Curral d'El Rey, the starting point of the new metropolis. We use the method of oral history to better understand the work of a midwife in comparison with the so-called modern world.

Keywords: *Religiosity. City. Midwives.*

1 A que veio Belo Horizonte?

Sendo a cidade, por excelência, o lugar do homem, ela se presta a multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, aborda o real na busca de cadeias e significados.

Sandra Jatáhy Pesavento

A percepção da cidade como um lugar de mercado faz parte da literatura que se reporta ao fenômeno urbano, na Europa ocidental. Junto com outros autores, as ideias de Weber e Marx coincidem neste aspecto. Marx chega a salientar a importância da cidade para a existência do capitalismo.

Carlos Nelson Santos (1988, p. 39), ao falar das cidades no Brasil, lembra as capitâneas, “linhas paralelas feitas a esquadro sobre uma terra” que se deseja sob controle e disciplinada, “para glória e riqueza dos colonizadores”. E as primeiras cidades? - indaga o autor. “São Vicente, Salvador, Olinda... pedaços de Lisboa nos trópicos, concebidas prontas: [...] casa da Câmara aqui, igreja ali, adiante fortaleza e colégio”. Seguiam a tradição de “ocupar morros”. Rio e Salvador são exemplos de “aproveitamento de um suporte físico complicado”.

Com o descobrimento do ouro das Gerais, no terceiro século de domínio português, assistimos à expansão da fronteira litorânea. Agora, no entanto, cabe à iniciativa particular a ocupação do território, e não mais a “uma política dirigida e planejada pelo Estado; para Minas converge toda espécie de

gente, compondo nas suas origens uma sociedade anárquica...” (Boschi, 1986, p. 142). Faiscadores, garimpeiros, artesãos, comerciantes, contratadores, militares, profissionais liberais, entre outros, formam migrações.

Até os últimos decênios do século XIX, as cidades são raras na paisagem brasileira. Com a abolição da escravatura e a proclamação da República, novos construtos agenciam as necessidades. Deseja-se promover uma nova ordem: para engendrará-la e assegurará-la são imprescindíveis as cidades. Pereira Passos reconstrói e embeleza o Rio, tornando-a uma cidade sanitária, bem organizada, ordenada, esteticamente unificada. As classes menos favorecidas são desalojadas para a periferia, permitindo ao centro emoldurar a presença da nascente burguesia. Paralela às medidas de saneamento provocadas pelo surto de varíola de 1904, procede-se a uma redistribuição espacial de grupos sociais. Para Sevcenko, essa reurbanização da cidade “trouxe consigo fórmulas particularmente drásticas de discriminação, exclusão e controle social”, atingindo as classes menos favorecidas da sociedade (Sevcenko, 1984, p. 88).

Uma das preocupações centrais do Império é a organização do Estado Brasileiro. Busca-se garantir a unidade política do país, constituir um governo capaz de integrar as províncias, mantendo a ordem social. O final do Império é que alojará o debate sobre a formação da nação, redefinindo a cidadania (Carvalho, 1989, p. 265-279). Entretanto, a questão da identidade nacional perpassa a literatura romântica dos meados do século. A partir da segunda metade do século XIX, surge a influência positivista. A sociedade positivista, fundada em 1876, cria a Igreja Positivista do Brasil, no Rio de Janeiro, cujo templo, construído nos anos 90 do século XIX, existe até o presente. A par desta religiosidade fundante, também nos anos noventa surge uma corrente política, de inspiração positivista, liderada por Benjamim Constant, embora o eixo do movimento tenha se deslocado para o Estado do Rio Grande do Sul (Paim, 1967).

A matriz positivista se encaixa em leis que garantem o funcionamento da sociedade. Os positivistas tentam justificar e ao mesmo tempo definir o nosso atraso cultural. Acreditam na escola como restauradora de nossas forças sociais, e consideram a República como uma perfeita forma de ordem política moderna, com seus mecanismos de participação (Melo, 1990). O lema positivista “a ordem por base, o progresso por fim”, sustenta-se na razão que engendra o conhecimento científico. Sua influência simbólica repousa na bandeira brasileira - Ordem e Progresso - e seus princípios de neutralidade e de racionalidade estarão também presentes no planejamento da cidade de Belo Horizonte. A nova capital do Estado de Minas Gerais representa uma obra significativa da República, integrando, em parte, o projeto de reordenação política do país, bem “como o nível espacial de redistribuição do poder”; ilustrativa é “a transferência da capital de Minas – consentida logo no 7º decreto da República, no quinto dia após sua instalação” (Magalhães; Andrade, 1989, p. 185).

O que irrompe da informe República? O desejo de enraizar o poder do Estado. Para tanto, contribui, “em parte, a longa tradição estadista do país, herança portuguesa reforçada pela elite imperial” (Carvalho, 1989, p. 273). Entre os pressupostos da República, temos a superação do atraso cultural e, para tanto, são criados imagens e símbolos. Dizia-se que:

(...) em 6 anos pode o novo regime fazer mais pelo Brasil que o antigo, em 67 anos. As antigas províncias que definharam por falta de rendas, presas e manietadas pelo governo central, são hoje Estados prósperos, pujantes de elementos de vida. (...) A República será mantida pela Federação. (...) O Estado será mantido pelas libérrimas instituições decretadas (Fortes apud Melo, 1990, p. 69).

Embora nos subterrâneos do poder circuitos de forças políticas lutassem para tornarem-se facções hegemônicas no seio das classes dominantes, a palavra oficial traduzia as novas imagens da construção republicana. De herança positivista, outro pressuposto do regime é o trabalho, escondendo seu

caráter exploratório, para explicitar sua sede material, que configura o progresso. Impossível com escravos atender a essa meta. Assim, a República significa, entre outras coisas, trabalho livre, poder, Estado, este identificado à nação, à pátria. Havia, no plano econômico, uma crise do café, gestada no final do século XIX, e que se estenderia até o primeiro decênio do século XX. Ora, o café representava 75% da produção brasileira. Por que a cidade, o desenvolvimento urbano não poderiam dar uma resposta à crise? Minas Gerais surge com sua proposta de mudança da capital, já acalentada. Além do impacto social pela construção planejada da nova capital, das oportunidades econômico-financeiras, havia um requisito de natureza política: a nova capital, obra maior da República nascente, expressaria a ruptura com o passado colonial, com a opressão externa sobre nós. A antiga capital, Ouro Preto, entretanto, evocaria um solo sagrado, mítico na fecundação da liberdade, representada pelas sedições de 1720 e 1798. Belo Horizonte poderia ser definida como a cidade capaz de resgatar o sangue e ideais de seus heróis mineiros, estampando, em plano nacional, a figura de seus inconfidentes, protorepublicanos (Melo, 1990, p. 100-101).

Na nova capital, a alegoria da liberdade fará parte da batalha de símbolos, mitos e rituais, integrando as batalhas ideológica e política, “em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos” (Carvalho, 1990, p. 10). A construção de um imaginário é considerada:

... parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e seus objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas, também, por símbolos, alegorias, rituais, mitos (Baczko apud Carvalho, 1990, p. 10).

Para acionar o vetor cognitivo do imaginário, a nova capital administrativa de Minas repousará na matriz ordem e progresso, projetada que foi segundo os cânones da ciência positiva, referendada pelo emergente industrialismo, que enfrenta problemas de mão de obra, dada a ruptura do país com o trabalho escravo. O desenho da cidade apresentará uma forma ortogênica, com suas largas ruas e amplas avenidas bordejando suas praças e áreas centrais. Anos mais tarde, dirá o poeta Carlos Drummond de Andrade:

Por que ruas tão largas? / Por que ruas tão retas? / Meu passo torto / foi regulado pelos becos tortos / de onde venho. / Não sei andar na vastidão simétrica / Implacável. / Cidade grande é isso? [...] / Aqui tudo é exposto / evidente / Cintilante. Aqui / Obrigam-me a nascer de novo, desarmado (Andrade, 1985, p. 781).

A sensibilidade do poeta apreende elementos de projeção de interesses e aspirações dos dirigentes. Esses elementos devem menos transparecer aos governados do que modelar visões de mundo e orientar condutas, manipulando sentimentos coletivos no ocultamento de forças sociais atuantes na construção da cidade.

A moderna Belo Horizonte, nos primeiros anos chamada Cidade de Minas, simboliza a República na utopia de uma nova ordem, negando em parte, sua promessa de liberdade e igualdade, instituintes da cidadania. Isto porque conformará um espaço social de desigualdade e exclusão, territorializado no próprio agenciamento topográfico de sua construção. Por outro lado, a nova capital, *filha primogênita da República*, configura uma força social capaz de evocar em sua história, a escuta vigilante dos ecos de poder do novo regime. A cidade, como sujeito histórico, cunha o sentido de transformação, de mudança, de implantação e, paradoxalmente, corporifica a liberdade como compromisso da atuação política do Estado de Minas Gerais. Como comprovação empírica, assinalamos o processo que envolve a construção inicial da cidade.

Inovações urbanísticas, modernas e avançadas da época serão aplicadas pela equipe do engenheiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, Aarão Reis, cuja passagem por Paris é um ponto de inflexão, ao se identificar tendências positivistas na elaboração do projeto. Mesmo no relatório de estudo prévio das localidades indicadas para a nova capital, o técnico fala de sua neutralidade, “sem predileções prévias (...) nem paixões adquiridas”, agradecendo ao Presidente do Estado, Afonso Pena, a confiança depositada [Magalhães; Andrade, 1989, p. 121]. Também se refere “aos dados positivos” coletados, que direcionam as indicações. A introdução de um médico sanitaria na equipe aponta para a natureza higienizadora do empreendimento, exigência das modernas cidades europeias, no seu desejo de buscar ar e luz, “limpar” o que há de escuro e sujo [Santos, 1988, p. 21]. Neste sentido, também haverá um exorcismo sanitário das classes menos favorecidas para fora dos espaços considerados nobres, dentro dos padrões da cultura ocidental industrialista. O que torna menos visível o espetáculo da desigualdade, num novo mundo em que todos são considerados *livres e iguais*.

A planta da cidade, quando da decisão pelo local do antigo vilarejo de Curral d’El Rey, é o resultado de uma rígida trama ortogonal, baseada num círculo, de onde nascem avenidas que se desdobram em acessos centrais para outras áreas. Essa via, em anel, fecha a cidade “nos moldes da composição circular da cidade utópica platônica” [Magalhães; Andrade, 1989, p. 121]. Trata-se de uma avenida de contorno, denominada 17 de Dezembro, que separa a zona urbana da suburbana. Essa divisão foi justificada pela conveniente facilidade na distribuição dos impostos locais², servindo também para a circulação de pessoas e mercadorias. Na zona urbana, temos as atividades econômicas e administrativas, ponto de partida para o povoamento. O

² Ofício nº 26, de 23 de março de 1895, Estado de Minas Gerais, Comissão Construtora da Nova Capital, Revista Geral dos Trabalhos, Rio de Janeiro: H. Lombaerts, Rua dos Ourives, nº 7, 1895. O nome avenida 17 de Dezembro refere-se ao dia e ao ano de 1893, quando foi promulgada a lei nº 3, adicional à Constituição.

círculo é forma de identificação perfeita com o equilíbrio e a harmonia das partes. Concentra sua força a partir de um ponto central, comandando seus direcionamentos legíveis de imediato; como referencial da cidade, identifica-se com a ordem do Estado e as ressonâncias do poder. A cidade pode se definir, entre outras, pela ordem simbólica que a institui. Nesta ótica, nas sociedades presididas pela lógica do capital, cabe ao planejador definir lugares onde estarão os monumentos, os equipamentos, as cores, as luzes; enfim, a gênese da ordem, capaz de orientar e comandar gestos, ações, sentimentos. O conteúdo classista de dominação se ocultará na criação de representações e apelos coletivos. Porém, este conteúdo emerge na periferia, através de uma linearidade sombria que se expressa na pobreza dos sinais, não raro sinais do trabalho ou lazer do trabalho, cuja natureza impositiva prefigura o poder e a opressão.

A planta da cidade foi aprovada em 23 de abril de 1893, traçando na zona urbana, dentro do círculo de contorno, 65 ruas, 12 avenidas e 24 praças, e uma área aproximada de 9 mil metros quadrados, em duas seções do terreno, para alojar 30 mil habitantes. Consideram-se a Praça da Liberdade, a Praça da Estação e a Praça Raul Soares de singular importância no ordenamento simbólico da estrutura urbana da cidade. A praça da Estação, nas primeiras décadas de vida da cidade, será palco privilegiado dos trabalhadores na implementação de sua luta de resistência às imposições do capital e para interpelar o poder público (Faria; Grossi, 1982). A Praça Raul Soares, situada em área residencial nobre, conservará ainda essa posição nos anos de 1950, sendo escolhida para receber, em sua proximidade, a construção do Conjunto Habitacional JK, um “ícone simbólico” da modernidade e das perspectivas desenvolvimentistas do futuro presidente Juscelino Kubitschek (Pimentel, 1993).

A Praça da Liberdade, considerada o espaço mais importante de uso público, era cunhada de Jardim do Palácio por situar-se à frente do Palácio da Liberdade, projetado para residência do Presidente do Estado. As pedras fundamentais desse palácio e

de três secretarias são lançadas em 07 set. 1896. A Inauguração do Palácio se associa à da cidade em 12 dez. 1897. Um trabalho “de terraplanagem deu origem à esplanada artificial onde se localizariam a Praça da Liberdade e o centro administrativo do governo” (Lana; Frota, s/d, p.3-5). Era o lugar mais elevado da cidade, a acrópole, ícone visível e ostentatório do poder.

O conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade, à moda de um cordão umbilical, se prendia à Praça da República (hoje, Afonso Arinos) pela Avenida da Liberdade (atual João Pinheiro). A natureza unitária e geométrica desse espaço, tramado pela moderna racionalidade positivista da época, explícita o regime, legitimando o Estado de Minas Gerais que, por sua vez, corporifica-se na Liberdade. A ordem simbólica efetivará a síntese das instâncias política e econômica, através daquela topografia imaginária, cuja proposta parece extrapolar o visível e imediato da proposta urbanística. Passadas duas décadas, o testemunho de Pedro Nava lava sua memória:

àquela época, naquele início dos anos vinte, o governo de Minas dava a impressão de solidez babilônica. Seu símbolo era o palácio da Liberdade todo de pedra e parecendo uma esfinge agachada no fundo da praça. Dali saiam o prêmio e o castigo. (...) O palácio, no fundo do duplo renque de palmeiras... Diminuí o passo, fui chegando perto, olhando a pedra cinzenta que o pó de Minas ia tomando. Olhando para cima, vi um busto de mulher, soberbos seios de granito. Um capricho da luz movente do sol deu-me a impressão que ela me olhava com olhos serenos e vazios. Era evidente que baixara para mim a pupila. Pareceu também que mexia os lábios. Falava. Ouvi distintamente: sou a República ou a Liberdade, ou o símbolo que quiserem mas, como vês, estou cá de fora. Aí dentro falam e agem os que dizem fazê-lo em meu nome. (Nava, 1976, p. 300)

Marco referencial da República emergente, qual o lugar da liberdade? Sua origem na antiguidade clássica pagã (Magalhães; Andrade, 1989, p. 149), reporta a antigos mitos ligados à terra [gea], representada por um busto de mulher emergindo do solo, divinizando-o. A figura da liberdade é feminina, maternal,

vestindo uma túnica branca, símbolo da paz. Aparecem ainda, em sua iconografia, cornos de abundância (fertilidade do solo), guirlandas, coroa de louros, ramos (imortalidade e glória), palmas (vitória), águia, piras, raios de sol, tochas de fogo etc. Foi corporificada pela primeira vez pela imagem de Cibele, que protege a terra (fertilidade) e a cidade, na Frígia. Lembramos, com Nava, que no frontão do Palácio Presidencial há um busto da liberdade.

O conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade, centro do poder hegemônico do Estado, não evoca a acrópole grega, lugar dos deuses fundadores da cidade. Aqui, na acrópole moderna, estão os homens, tramando no campo da dominação nem sempre visível, alojados na ordem simbólica que criam e recriam, configurando uma topografia imaginária com ressonâncias iconográficas. Convidada pelo poder, a Liberdade fica “cá de fora do Palácio”. Na Praça?

As propostas arquitetônicas e urbanísticas podem servir a fins políticos, na medida em que são signos e, portanto, com significado sempre controlado ideologicamente. O conceito de ordem passa pela vigilância e frequenta o controle. Sabemos que o panóptico de Bentham (Foucault, 2010, p. 186-214) torna o poder invisível mesmo quando se é observado, produzindo um efeito perverso: uns passam a vigiar os outros, na incerteza de estarem sendo vistos. Porém, a advertência de Foucault para impedir os efeitos da engrenagem panóptica será o exercício da liberdade. Indagamos: haverá possibilidade de se habitar o espaço público da liberdade, fugindo ao panoptismo do poder, que paradoxalmente nos domestica com seus ícones de cores e de luzes? Como ser o cidadão da Praça, se a cidadania na nova República se restringe ao voto (Melo, 1990)? Como instituir seus direitos manietados há séculos?

Muitas vezes, consideramos o plano do visível como uma paisagem neutra. No entanto, movimentos acontecem: “nele ecoa, se filtra, se reproduz, se duplica, se absorve a luz”, facilitando a visão ou não, que se seja olhado ou não, independente de

controle da vontade [Magalhães; Andrade, 1989, p. 41]. Segundo Foucault, através desse fenômeno geram-se possibilidades de se domesticar corpos e adestrar palavras, formando e conformando aspirações coletivas. Assim, o jogo sensorial da luz reforça uma ordem simbólica, podendo ser negada às vezes. A liberdade republicana pode contradizer seu discurso emancipatório, à medida em que não haja efetiva expressão de autonomia.

Nas primeiras décadas do século XX, tendo como marco de referência o ano de 1922, quando se reconstrói o prédio da estação ferroviária, a organização do espaço segue as regras do urbanismo, que explicita a modernização e o progresso. Lembramos aqui a preocupação de Castells (1982, p. 3) quando mostra a necessidade de “uma teoria capaz de integrar a análise do espaço com a das lutas sociais e dos processos políticos”. Pensamos também que o estudo da representação simbólica aliado a questões instigadas pela prática social e política de indivíduos, grupos ou classes, talvez permita perceber a formação de sujeitos individuais ou coletivos. São instituintes de sua própria história nos cenários da cidade que habitam, ou mesmo para além da realidade local.

A insustentável utopia da ordem que sagrou o planejamento de Belo Horizonte pode ser considerada uma tentativa de interdição do conflito social, inscrita na topografia e arquitetura da cidade. O renque de palmeiras da Praça da Liberdade, desembocando no palácio do mesmo nome, lembra o antigo caminho de procissão egípcio, sacralizando o poder panóptico do Estado. Entretanto, esse pretense equilíbrio entre harmonia das formas e divisão física do espaço não apaga as diferenças, antagonismos e contradições. O modo de vida dos habitantes reflete valores religiosos que se expressam em práticas que já deveriam estar extintas devido aos novos ares da cidade moderna. No entanto, a nova capital irá representar, em suas modulações religiosas, o retorno às vilas, mesmo com o projeto de romanização da Igreja Católica iniciado no século XIX.

2 A Narrativa Sagrada de Parteiras

*A mulher habitada sabe quando e sabe o
quê. Sabe quando pelo que dizem a lua e
o corpo. Sabe o que pelo que dizem os
sonhos. Se ela sonha com fios e jarras, terá
filha. Se sonha com metais, chapéus ou
ovos, terá filho.
Então ela se ajoelha, solta os cabelos, bebe
um gole de aguardente; e ajoelhada, dá
nascimento.
As mãozinhas do menino ou da menina
tocam uma enxada, um machado e um
facão. Com tição da cozinha, a mãe marca
o centro da cabeça da criança.
O umbigo é deixado na copa da árvore
mais alta.
É assim que se nasce em Chamula.*
Eduardo Galeano

A Igreja de Belo Horizonte parece guardar representações sagradas da religiosidade de uma Igreja rural sob o domínio do poder eclesiástico. Tal concepção parece ir na contramão das discussões postas sobre religiosidade por autores como Parker, Sanchis, Pedro Ribeiro de Oliveira, Morandé, Paulo Sués, entre outros: a religiosidade popular está ancorada em contraposição à religião oficial, mesmo sendo nascida dela, expressando práticas de um seguimento social menos favorecido. Como comprovação empírica citamos a religiosidade manifesta no ofício de parteiras da capital, referindo-se a práticas milenares, em que nascer para o mundo necessita de um auxílio divino. Mesmo recorrendo a orações, benzeções, simpatias, rituais típicos da cultura popular, suas narrativas exprimem a necessidade da intervenção divina em seus ofícios.

Entretanto, pode-se dizer que o trabalho das parteiras existentes em Curral d'El Rey, posteriormente a nova capital, talvez tenha a sua origem em associações ligadas ao catolicismo.

Fontes autorizam a pensar sobre a rejeição a outros cultos matizando a mente dos habitantes da capital em construção. Orações, benzeções, pedidos de proteção divina indicam que essas parteiras ligavam-se à fé católica e a concepções marianas: culto à Virgem Maria que representam, no imaginário mineiro, a aproximação com Deus [Ferreira, 2002, p.71-74].

Na escrita da cidade, fragmentando sua textualidade, aquelas práticas imemoriais aconchegam-se numa religiosidade que contrasta o projeto moderno/ urbano com o rural. Expressam o fazer nascer como uma necessidade, assim como a crença na intervenção da divindade no real.

De uma dobra no tempo polifônico da cidade de Belo Horizonte percebem-se vozes ressonando ecos de práticas e rituais sagrados. Essas vozes hospedam o testemunho de um ofício arcaico: o de parteira. Sua narrativa traduz uma experiência vivida no mundo do trabalho. Mostra padecimentos a que são submetidos trabalhadores, sem direito a registrar, na história, seus dilaceramentos. A história contada não traz o esartejamento de corpos que são manietados na teia do poder. No trabalho de nascer, a dor se transforma no prazer de contar nascimentos, num labor que inscreve na alma suas vidas. É no trabalho de partejar que as mulheres narram seu ritual de fazer nascer crianças para o mundo. Imbuídas de uma religiosidade quase primitiva de um poder arcaico imerso em orações e rituais, suas práticas são entendidas como mistério da divindade ou mesmo como dom de Deus.

Hoje, encontradas nos grandes centros urbanos, as parteiras são portadoras de uma sabedoria milenar, que bordeja o conhecimento científico e suas formas de se permanecer na vida.

A ambiguidade de uma parteira reside na possibilidade de trazer à luz e à escuridão os recém-chegados ao mundo. Como dissemos, esse ofício ancora-se no tempo. As parteiras Sifra e Fua, bíblicas, demonstram que eram obedientes a Deus. Quando o rei do Egito ordenou-lhes que “matassem os meninos e deixassem viver as meninas”, elas obedeceram a Deus e permitiram o dom

da vida para crianças de ambos os sexos. São consideradas as abençoadas pela divindade. Nem sempre foi assim. Na Idade Média davam a escuridão aos recém chegados, usando ervas que curavam ou matavam. Traziam o poder de eliminar uma vida que se estende por algum tempo. Eram consideradas feiticeiras, com poder de conceder a escuridão ao nascer. Em outras tradições, as parteiras são aquelas consideradas aparadoras, magas, curiosas, bruxas. Por servirem a uma existência que persiste por algum tempo, são consideradas as guardiãs da vida e da morte. Exercem seu ofício sem duvidarem, como se fossem cumpridoras de um destino inexorável a que devem servir.

○ nascimento de uma criança era considerado um ato divino e assistido por outras mulheres, que invocavam bênção aos recém-nascidos. Tal prática permanece no tempo com o objetivo de garantir bênçãos e boa saúde ao infante. No Brasil, as parteiras utilizam práticas diferenciadas para efetivar o ato de nascer. As influências indígena, africana, a tradição passada de mãe para filha, de parteira para parteira, demonstram essa diversidade. Mas nascimentos acontecem também em hospitais, o que é comum em cidades-polo.

É nessa entrada no mundo, onde a modernidade instaurou-se com suas novas tecnologias, que procuramos pelas parteiras no espaço urbano e decidimos escutá-las. Encontramos rituais como se o tempo não tivesse passado: bênçãos, simpatias, orações, mistérios.

A cidade de Belo Horizonte, com seus ideais modernos, cerziu a prática arcaica de fazer nascer. No entanto, todo ato de cerzir traz possibilidades de esgarçar, e o antigo mundo rural sobrevive no moderno. Em bairros periféricos de Belo Horizonte, a arte de dar à luz ou trazer aquele que nasce à escuridão, com o auxílio de uma parteira, sobrevive como sendo a única maneira de se viver ou morrer ao nascer. Procuradas para nascimentos, e algumas para abortos, trazem sabedorias milenares. Num gesto com as mãos dizem com unanimidade: “são essas mãos abençoadas por Deus”.

Amparar é um termo usado para o ato de fazer nascer. Uma parteira de oitenta e dois anos, mãe de seis filhos, iniciou esse ofício quando tinha treze anos. Aprendeu a ser parteira com sua mãe, que aprendera de sua avó, moradora da vila antiga de Curral d'El Rey. Assim, o aprendizado se perde no tempo. Ao falar de seu ofício, diz: "Eu nasci parteira. Vou morrer parteira. Acompanhei desde pequena as mulheres. Não cobro nada, o que recebo é apenas doação". Ao falar sobre seu ofício, em Belo Horizonte, acrescenta: "Ainda sou procurada, como fui desde sempre, para chás, para benzer, fazer nascer".

Hospital só por necessidade, explica a parteira, pois as coisas se resolvem ali mesmo. Mostra suas ervas no quintal. Aponta outras ervas secas, colhidas em dias de lua. Aponta para o centro de Belo Horizonte e, num gesto, afirma que "existe o mundo do hospital com seu quintal, e esse aqui. Lá, nem todo mundo pode pagar. O hospital está tão perto e tão longe. Falta dinheiro e algumas têm problemas com a polícia, são procuradas. É aqui que se resolve. Meu quintal é um mundo". É nesse quintal do mundo que seu ofício resiste ao tempo da metrópole.

No mesmo bairro periférico, outra parteira, olhos perdidos no tempo de existir, narra seu ofício, aos oitenta anos. Sessenta e tantos anos de profissão, diz: "já perdi a conta de tantos que nasceram e morreram. Vim pra cá quando a vida de lá [referindo-se à região do centro de Belo Horizonte] nem era desse jeito. Mas sou uma mulher. Pertencço a outras mulheres. Sou uma parteira. Aprendi a vestir com minha madrinha que era parteira e que aprendeu com sua mãe."

Parto é uma palavra esquisita, diz uma parteira. *Vestir* é o nome utilizado por ela: "Vesti várias. Para vestir tem que pedir licença". Em seguida mostra suas ferramentas de trabalho: "terço, tesoura, cachimbo e outra indispensável, a pinga para dar coragem", diz, esboçando um sorriso. O cachimbo e a pinga são de extrema necessidade, usados quando o *vestir* ficou demorado. Para certos casos, precisa-se invocar nossa Senhora do Bom Parto para ajudar.

Em seu quintal estão as ervas que curam e que matam, compondo a paisagem de Belo Horizonte. A parteira aponta para uma erva, cujo nome guarda segredo em seu coração: “Essa é usada para vida sem sentido”. Em seguida, muda de assunto como se não pudesse falar de vidas interrompidas pela erva. Ao ser indagada sobre os hospitais, diz que “mesmo com tantos por aí ainda é procurada. O hospital é melhor, mas não tem a benção de Deus. Fui escolhida para ser parteira, quando sonhei com as ervas. Lá eles não são escolhidos por Deus, mas pelo dinheiro. Nunca recebi nada para vestir. O trabalho é um dom. Dom a gente recebe, não escolhe”.

No outro extremo periférico da cidade, cerzidas pelo moderno, práticas milenares de fazer nascer continuam. Outra parteira, que aprendera o seu ofício ainda muito jovem, esboça um sorriso acolhedor e fala: “Aprendi na marra, a parteira bebeu pinga demais, então tive que auxiliar a fazer nascer. A mãe não queria a criança. Nascer dói muito”. Nesse primeiro parto, a parteira ensinou mesmo alcoolizada: “Ela ensinou a cortar o umbigo, vestir a criança, dar chás e aquecer a mulher”. Até o presente não parou de fazer parto. Com a dor, aprendeu, o que Thérèse Bertherat (1997, p.112-113) narra sobre o parto:

Não é a contração que dói. É a dor que trazemos dentro de nós. Oculta. O que a contração revela é o sofrimento da própria pessoa. No meio do trabalho de parto vejo as mulheres lutando consigo mesmas. Elas se debatem com a contração. Só quando conseguem entrar em contato com o sofrimento que trazem em si é que elas se entregam e a dor diminui. Só quando se reconhece que o sofrimento faz parte de nós, ele está em nós, tudo volta à serenidade.

Aprender a fazer nascer é um termo utilizado para se falar sobre o parto. Fala uma parteira: “Não desejei ter filhos. Realizei mais de 500 partos. Quando a dor vem, trago para a mãe a oração de Nossa Senhora do Bom Parto e de Nossa Senhora das Dores”:

Ó Maria Santíssima, vós, por um privilégio especial de Deus, fostes isenta da mancha do pecado original, e devido a este privilégio não sofrestes os incômodos da maternidade, nem ao tempo da gravidez e nem no parto; mas compreendeis perfeitamente as angústias e aflições das pobres mães que esperam um filho, especialmente nas incertezas do sucesso ou insucesso do parto. Olhai para mim, vossa serva, que na aproximação do parto, sofro angústias e incertezas. Dai-me a graça de ter um parto feliz. Fazei que meu bebê nasça com saúde, forte e perfeito. Eu vos prometo orientar meu filho sempre pelo caminho certo, o caminho que o vosso Filho, Jesus, traçou para todos os homens, o caminho do bem. Virgem, Mãe do Menino Jesus, agora me sinto mais calma e mais tranqüila porque já sinto a vossa maternal proteção. Rogai por mim.

“Colo a oração no peito da mãe. Deus ajuda a aliviar a dor”. Quanto a nascer em hospitais, ela diz: “A gente nasce em qualquer lugar. Lá só não há as folhas da sertaneja. O ofício de fazer nascer é uma missão, não cobro. Não posso.”

Amparar a vida que chega é função das parteiras, segundo a outra depoente, que está quase cega, em seus oitenta e sete anos. Em cada parto “sentia emoções fortes, apertos, aflições. O tempo nem sempre ajudava a viver. Nessa hora só mesmo Deus”. Aprendeu *o amparar* com a avó, que era parteira. Gostava de *amparar* meninas, pois podem ser parteiras. Ao mostrar suas mãos calejadas apresentadas em forma de um V, declara: “muitos eu amparei com essas mãos. Apesar do meu medo”. Sobre hospitais, ela diz que lá fazem sem medo, mas muitos morrem, “falta fé, amparar é uma missão”.

Partos difíceis só com muita fé, afirma a parteira que não diz sua idade, aparentando mais de setenta anos: “Dizer idade atrai a morte”. Esboça um sorriso em seu quintal do mundo: “Nesse quintal há ervas que acalmam e que agitam. Ervas que curam e que matam. Tudo depende da ocasião para se usar as ervas.”

Antes de trazer a vida ou a escuridão aos seres, pede perdão a Deus pelos seus pecados e pelos pecados da mãe da criança. Agradece a Deus por sua missão. Reza à Nossa Senhora

das Dores e do Parto. Faz orações que aprendeu para esse fim. Inicia seu trabalho. Quando é difícil, toma uma bebida, para dar coragem: “Preparo um banho de ervas, mexo na barriga, faço promessas. Acaba tudo dando certo. Aprendi a fazer parir foi assim, vendo as mulheres da casa, parindo e dando seus filhos. Aprendi sozinha. Na vida a gente aprende só.”

Fazer parir é um termo usado por uma narradora para referir-se a seu ofício. Aprendeu a partejar numa casa de prostituição, onde trabalhava. Os médicos não conhecem a técnica, segundo ela, de fazer parir fetos. Ela aprendeu na prática: “Quando se dão a nascer, queimo o umbigo para dar sorte. A vida é sorte. Faço o invertido. Quando é menino, queimo com colher, se é menina, com o garfo. Aprendi com a velha, dona da casa, é para homem amar mulher e mulher amar homem. Quando a gente erra, fazendo errado, para mulher a colher e para o homem o garfo, vem a infelicidade.”

Não cobra quando faz parir: “Dá azar”. Esboça um sorriso e apresenta suas ervas, contando os nomes: “Essa é das boas. Aprendi com uma mulher: é segredo. Acho que é uma erva do diabo. Mas é boa: faz parir tudo”.

Outra parteira com a idade de setenta anos conta sua história. Faz longos bordados. Tece sua vida de alegrias e tristezas. Ao falar de seu ofício, traz à memória sua infância pobre no interior de Minas. Chegando a Belo Horizonte, continuou seu ofício. Quando viu alguém nascer pela primeira vez, tinha oito anos. Viu pela “greta da porta”. Conta: “Eu tinha oito anos quando minha mãe começou a gritar, meu pai saiu correndo e a deixou com minha irmã mais velha. Não tinha luz, era lamparina que se usava e o fogo do fogão. Minha mãe gritava e minha irmã mais velha, ao seu lado, rezava para Nossa Senhora. Então a parteira Nininha chegou. Preta velha, não dava para ver direito. Fiquei olhando pela greta da porta, quietinha. Ela me viu, sorriu. Meu irmão estava virado. Antes de ir embora aproximou-se e perguntou se tive medo. Disse que não. Ela então pronunciou: vai ser parteira. Ser parteira começou ali”. “Aprendeu tudo depois”.

Conta a simpatia da rosa: “Colocar a rosa em copo com água. Se tudo correr bem com a mãe e a criança, a rosa desabrocha. O contrário, a rosa murcha. Essa rosa não pode ser vista pela mãe. Oro para Nossa Senhora a oração Estrela do Céu:

Oh! Estrela do Céu, Maria Santíssima que seu peito criou, o senhor extinguiu, o que no mundo introduziu, o primeiro pai dos humanos. Digne-se agora a mesma estrela reprimir os influxos dos astros e da terra que por disposições malignas ferem o povo com pestíferas epidemias. Gloriosa Estrela do Mar, de sublimes louvores! Digníssima, da peste nos defendei, contra os enganos do mundo nos defendei. Medicina cristã conservai, aos enfermos sarai, o que a humana força não pode, Vossa graça conceda. Amém. Diga-se três vezes: oh! Maria Vosso Filho Vos honra em nada Vos negar. Salvai-nos. Oh! Messias, por que nós Vos pedimos pela gloriosa Virgem Maria. Em todas as nossas atribulações e angústias, socorrei-nos, oh puríssima Virgem Maria.

Outra narradora aprendeu o “mistério de nascer”, que não pode contar para ninguém. Continua a ser procurada pelo poder de suas ervas: “Tenho ervas para tudo aqui no quintal, para tudo. Quando o trabalho é difícil, peço para Santa Margarida me ajudar. Sei que parto difícil traz a vida difícil. Mas o nascer é mesmo lindo. Sou protegida. Moisés não foi salvo por uma parteira? As parteiras obedientes a Deus temem a Deus. Os médicos, eu não sei, não”. Continua a tecer suas histórias de nascimentos fáceis e difíceis. Tece sobre vidas que não permanecem ao nascer. Tece histórias e diz: “Nasceram em minhas mãos. Mãos de Deus. Divinas”.

Tendo em vista que a cidade de Belo Horizonte expressa o moderno e que práticas de fazer nascer deveriam estar ancoradas em hospitais que representariam o avançado, tal perspectiva não se confirma, uma vez que essa prática era utilizada nos anos 90 do século passado. O religioso, em seu caráter urbano, tenta se efetivar em ritos católicos que se oficializam em santos da Igreja. No entanto, a crença das parteiras são traduzidas em práticas da cultura popular que são vistas em sua ambiguidade

em relação ao catolicismo oficial. Gomes e Pereira apontam essa ambiguidade a partir da religião popular:

A religião popular se torna espaço de ambiguidade, ao ser declarada não aceitável pela religião oficial: reforçam-se assim elementos de magia e de conflito, quando fieis assumem que há santos de Igreja e santos do povo- delimitando os universos culturais e religiosos... (Gomes e Pereira, 1992, p.87).

A religiosidade das parteiras, em Belo Horizonte, em oposição à técnica do médico obstetra, acolhe a ação das plantas curativas, somadas à crença de que é Deus, com a interseção dos santos, que faz nascer. Trata-se de uma fé que abre possibilidades para o contraste do rural com o urbano numa busca de sentido.

Considerações Finais

Somos as guardiãs do tempo. Disse-me uma parteira. (...) O tempo das mães. O tempo dos bebês que vão nascer. Tempo em geral tão maltratado. Até o precioso tempo do nascimento.
Thérèse Bertherat

○ que uma cidade moderna como Belo Horizonte poderia trazer, a não ser a ambiguidade sagrada? Em seus ares modernos, o arcaico sobrevivia nos anos 90 do século XX, como se o tempo rural ainda estivesse presente em suas práticas ritualísticas. A religiosidade das parteiras de Belo Horizonte, aqui demonstrada, está vinculada a uma necessidade pragmática de buscar o auxílio na divindade. Tal religiosidade não se hibridou com outras formas seculares de se atribuir sentido ao mundo, nem representa forma de expressão de uma classe social menos favorecida. Apenas aponta, pelas narrativas expressas, experiências subjetivas de um aprendizado passado de geração para geração, com sua imutabilidade e sua ambiguidade.

○ ritual sagrado de parteiras em Belo Horizonte é um exemplo dessa ambiguidade entre o rural e o urbano. Em sua arte de partejar na metrópole, acena para o religioso arcaico e rural como forma de mostrar práticas de nascimento, sobreviventes ao tempo rápido da modernidade, com suas promessas de liberdade. Os quintais das casas dessas mulheres encerram saberes milenares na arte de se usar ervas que curam e que matam. Entre ervas para nascimentos desfilam: erva cidreira, capim limão, conta-de-lágrimas, entre outras. Mostram que nascer pode ser simples e natural.

○ ofício de vestir, fazer parir, nascer, torna essas mulheres, em seu ritual, sagradas propagadoras da vida que continua, independentemente de suas existências. Demarca o final de um corpo a corpo, longo e penoso, um deslizar da criança para o mundo. “Minha mãe, minha avó, minha bisavó. Sou todas essas mulheres forjadas pela vida. Sou a mulher arcaica. Sou a mulher forte. Transmiti a vida.” (Bertherat, 1997, p. 129) Por outro lado, as parteiras ao habitarem “pedaços urbanos”, inscrevem seus textos verbais no registro da “fala da imagem da cidade” (Ferrara, 2007, p. 20-21). Um paradoxo que é percebido na forma ambígua com que as parteiras referem-se à cidade como se fosse outro lugar.

Entender a narrativa sagrada das parteiras significa que as promessas da modernidade ainda se alimentam de uma religiosidade arcaica. Sua morada refere-se ao sentido dado por elas ao fazer nascer ou morrer, em seu ofício de partejar. Em seu trabalho de conduzir os que chegam neste mundo, com o auxílio de ervas e com a proteção da divindade.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova reunião*. 2 ed. Vol. II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

BENJAMIM, Walter. *As teses da história*. São Paulo: Brasiliense, 1986 [Obras escolhidas I].

BERTHERAT, Thérèse et al. *Quando o Corpo Consente*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades legais e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. [Ensaio; nº 16].

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos; a República do Brasil. *Dados*, v. 32, n. 3, Rio de Janeiro, p. 265-279, 1989.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FARIA, Maria Auxiliadora, GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: *Seminário de Estudos Mineiros*, 5, Belo Horizonte, 1982. Belo Horizonte: PROED, 1982.

FERRARA, Lucrécia D'Alécio. *Leitura sem Palavras*. 5 ed. São Paulo: Ática, 2007.

FERREIRA, Amauri C. *O Imaginário Religioso e Modos de Vida Urbana: experiência da Juventude Católica em Belo Horizonte-MG anos 80*. Tese de Doutorado em Ciências da Religião. UESP, São Bernardo do Campo, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 186-214.

GOMES, Núbia P. Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *O Mundo Encaixado*. Belo Horizonte: Mazza, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 24 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 61-100.

LAFER, Celso. *Ensaio sobre a liberdade*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

LANA, Ricardo Samuel de; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. *Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade e Avenida João Pinheiro: histórico, iconografia e diretrizes, s/d*.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Pois tudo é assim...: educação, política e trabalho em Minas Gerais – 1889-1907*. Dissertação de mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 1990.

NAVA, Pedro. *Chão de ferro*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo. *A torre JK: trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

SANTOS, Carlos Nelson F. *A cidade como jogo de cartas*. Rio de Janeiro: EDUFFS. São Paulo: Projeta Editores, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.